

13 ABR 1993

Opção de bancos não satisfaz governo

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O processo de opções por parte dos bancos credores privados aos vários instrumentos apresentados pelo governo brasileiro no acordo de renegociação da dívida externa ainda não se completou satisfatoriamente para o País. Na posição do último dia 8, os bancos continuavam altamente concentrados na opção do "par bond" (bônus ao par) da série A (tem garantia total do principal logo de início, agregando aos poucos a garantia aos juros), representando 53,19% dos US\$ 39 bilhões da massa crítica de adesões ao acordo.

No dia 15 de março, o "par-A" respondia por 57,59% do total do crédito da massa crítica — esta equivale a 98% da dívida a ser reestruturada, avaliada em torno de US\$ 40 bilhões — e, a despeito do telex enviado aos bancos pelo ministro da Fazenda, Eliseu Resende, e do pedido da clara posição brasileira colocada frente ao comitê no dia 29 de março, em Hamburgo, poucas instituições atenderam as solicitações no sentido de sair do "par-A" em direção ao "discount bond" (bônus de desconto).

Em três semanas, o movimento ocorrido, com queda de menos de cinco pontos percentuais, envolveu apenas US\$ 1,716 bilhão da dívida em negociação quando a expectativa é de que pelo menos US\$ 5 bilhões deixem o "par-A" em favor do bônus de desconto, cujo preço é mais barato em termos das garantias que o governo terá de aportar. A conta baseia-se no balanceamento considerado ideal pelos próprios bancos credores privados e que apontou, em janeiro deste ano, como algo em torno de 40% de opções pelo "par bond" como uma boa solução, combinada com algo semelhante de adesão pelo "discount bond".

O negociador da dívida externa, Pedro Malan, admitiu ontem que "o movimento dos bancos foi pequeno, mas só os ingênuos poderiam pensar que os bancos iam sair de 60% para 40% em tão pouco tempo", disse ele, adiantando que "o importante é que os bancos se moveram". Malan espera que este processo de ajuste no equilíbrio das opções não demore os três meses do prazo que durou o mesmo tipo de rebalanceamento no caso do acordo da Argentina, só formalmente assinado na semana passada.

"Vamos discutir mais de três regras", adiantou Malan a este jornal, fazendo referência a intenção de colocar diante do comitê de bancos em reunião marcada para o dia 19, mecanismos de modo a que uma regra seja extraída "por consenso" para acelerar a transferência das opções pelo "par-A" no rumo do "discount bond". "Nós temos o direito negociado de pedir que os bancos se repositionem", atesta ele, mostrando a diferença em relação à Argentina.

Considerando a massa crítica de US\$ 39 bilhões, era a seguinte no dia 8 a posição das opções dos bancos credores pelos vários instrumentos:

- "par bond série A" — Tinha 53,19% de adesão, representando US\$ 20,7 bilhões da dívida externa do setor público objeto da negociação.

- "par bond" série B (neste caso, as garantias são aportadas gradualmente tanto ao principal quanto aos juros) — Tinha 6,63% das opções, representando US\$ 2,585 bilhões;

- "discount" série A — Opções de 18,35%, equivalendo a US\$ 7,156 bilhões;

- "discount" série B — Adesão de 1,17%, envolvendo US\$ 456 milhões;

- "FLIRB" (front-loaded interest rate bond) — Tinha 6,37% de opções, valor de US\$ 2,484 bilhões;

- Capitalization (Flirb com capitalização do principal a partir do sétimo ano) — Tinha 10,53% das adesões, representando US\$ 4,106 bilhões;

- "new money bond" — As opções atingiram 3,74%, no valor de US\$ 1,458 bilhão;

- Restructuring — Apenas 0,03%, no valor de apenas US\$ 11,7 milhões haviam optado.

Com relação ao vínculo previsto entre o acordo com os bancos e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o negociador da dívida externa explicou a situação, atende-se simplesmente ao texto que foi negociado em princípio com os bancos credores no dia 9 de julho do ano passado. Uma condição para que o Brasil possa efetuar a troca da dívida velha é que o País continue membro daquele organismo internacional, a outra condição também precedente é que o governo brasileiro "tenha um acordo 'stand-by' com o FMI".

O acordo que o País assinou com o Fundo em janeiro do ano passado está interrompido, na dependêr-

cia das conversações que o ministro da Fazenda terá em Washington, no final deste mês, com o diretor-gerente, Michel Camdessus. Há uma expectativa dentro da equipe econômica no sentido de que a retomada do entendimento com o Fundo possa ser feita

ta com vistas a um acordo em agosto ou setembro. Se isso ocorrer, o cronograma estará perfeitamente dentro do prazo do acordo com os bancos cuja data fatal (para a troca da dívida velha pelos novos bônus) está prevista para a data de 30 de novembro deste ano.